

*COMUNICAÇÃO ECONOMIA SOCIAL: FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE

Local: Auditório D. Pedro IV, Santa Casa da Misericórdia do Porto

14 de janeiro de 2019

O movimento do desenvolvimento local, em Portugal, possui uma história iniciada em meio rural, com mais de 25 anos, ao longo dos quais foram experimentados e validados modelos de intervenção, criadas redes e estruturas, e influenciadas políticas públicas na promoção do bem-estar das comunidades locais, tendo e muito bem, o seu legal enquadramento na Lei de Bases da Economia Social (art.º N.4, alínea f).

A 17 de Setembro de 1993, em Aljustrel, foi constituída a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a 1ª rede de organizações de Desenvolvimento Local em Portugal que atualmente se encontra em 70% do território nacional. Desde então a Animar afirmou-se como rede de capacitação entre pares e de inovação social e societária, constituída pela diversidade de organizações, de agentes e de contextos de atuações, que defendem um modelo de desenvolvimento a partir do local, construído com base na participação, na igualdade e na solidariedade horizontal para a promoção da coesão social e territorial.

As Entidades de Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento, no sentido de integrar as comunidades, através de estratégias constituídas em parcerias de animação territorial em rede. Estas organizações são, por excelência, agentes de desenvolvimento que contribuem para a resposta aos problemas e necessidades locais e alavancando oportunidades, podendo deste modo reduzir as dificuldades dos territórios. Por outro lado, as entidades de desenvolvimento local, conjuntamente com as restantes famílias da economia social, constituem um forte pilar para o apoio e criação de emprego a nível local.

O Desenvolvimento Local reforça o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa, da igualdade de género, oportunidades e de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória, traduzidas assim, em lógicas de pensar, planejar, atuar e avaliar a partir do local para o global.

Este, é um contributo fundamental das organizações do Desenvolvimento Local para a coesão social e territorial, que se edificam em 5 dimensões:

1. SOLIDARIEDADE HORIZONTAL E EMANCIPATÓRIA

Construindo-se através da solidariedade comunitária, da entreajuda entre as pessoas, da sua participação nos processos de organização, planeamento e execução, refletida no trabalho em parceria, procurando respostas construídas com e para as comunidades. Para isso são necessários processos de animação territorial e de desenvolvimento local enquanto processo de cooperação e conjugação de interesses entre sociedade civil, empresas e estado.

A Animação é entendida como um conjunto de atividades e projetos que visam despoletar uma dinâmica, um movimento de fundo capaz de criar um ambiente favorável à iniciativa, ao empreendedorismo, em síntese, ao processo de desenvolvimento local baseado na capacitação das pessoas e entidades para a condução e concretização de projetos e

atividades, sobretudo por via da criação de espaços e relações de cooperação entre os atores de um território.

2. IGUALDADE, COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Porque acreditamos que igualdade é desenvolvimento, consideramos que a Igualdade de género, de oportunidades e de tratamento é um princípio base da justiça social, e fundamental para a coesão social. É nos territórios, e em cada um deles, que se vive e se concretizam os efeitos das crises, que a prevenção da pobreza, da desigualdade socioeconómica e do risco ambiental torna premente a mobilização de todos os agentes entre iguais na construção de comunidades resilientes e justas.

3. AMBIENTE E CASA COMUM

As entidades de desenvolvimento local assumem a necessidade de defesa do primado das pessoas e dos objetivos sociais tal como definido na Lei de Bases art.5 alínea a), mas que este, seja também concretizado, e porque é interdependente com o primado da conservação e preservação da nossa casa comum, edificado através de uma visão ecocêntrica, ou seja, as pessoas como parte igual e não como parte dominante da natureza. As políticas de Desenvolvimento Sustentável e coesão territorial poderão e deverão dar forma a uma economia solidária com a vida, que inclui nos seus sistemas de produção local a decisão democrática, a equidade distributiva e a defesa do ambiente, fortalecendo em todos os territórios os caminhos da sustentabilidade.

4. ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, CIRCULAR E TECNOLOGIA

O modelo económico defendido pela Animar sugere uma proposta alternativa ao capitalismo, consolidada com base nos princípios da economia social e solidária, não apenas na sua versão mais assistencialista, mas na apresentação de outras propostas e formas de fazer economia. A economia solidária articula-se com a promoção de atividades económicas, mas também com a dimensão de participação e cidadania, significa valorizar a economia enquanto híbrida e sistémica, cruzando recursos do mercado e do estado com a reciprocidade das pessoas, seus saberes e culturas. As entidades da economia social e solidária procuram outras formas de organização do trabalho, conjugando utilidade e solidariedade, corrigindo desequilíbrios do mercado de trabalho e a valorização do voluntariado. É também na economia solidária, que surgem os princípios base da economia circular, a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de produtos e energia. Defendemos também, a economia digital e a tecnologia, embora com a devida cautela, a tecnologia deverá estar ao serviço da dignidade humana e do bem-estar social, e não da automatização (inconsciente) das pessoas. Devemos estar atentos e liderar esta preocupação.

5. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

Acreditamos que parte dos problemas sociais tem origem numa forte crise de valores, e exigem uma atuação a montante. Reforçamos a importância da educação comunitária com base na coerência, entre princípios e ações. Criar uma política de educação para o desenvolvimento da economia social e solidária é primordial. Denotamos a contradição em promover a cooperação e solidariedade, num modelo de educação que valoriza em demasia o individual e a competição, retirando também e cada vez mais, as crianças da vida quotidiana das comunidades, limitando a sua preparação e envolvimento em sociedade.

Para que a intervenção e ação das organizações nestas 5 dimensões sejam concretizáveis, de forma sustentável e coesa, é imperativo (re)pensar e (re)definir os modelos de operacionalização e financiamento dos projetos, nomeadamente as questões burocráticas e regulamentares adstritas aos processos de ação/financiamento. De facto, é fundamental que os diversos modelos de financiamento e programas de apoio ao investimento sejam eles próprios, promotores de uma gestão e governança sustentável que não comprometa e ponha em risco

a gestão, autofinanciamento e provisão de tesouraria por recurso ao crédito, e que possibilite uma gestão flexível e ajustada às vicissitudes e constrangimentos inerentes ao desenvolvimento dos projetos.

* Documento que serviu de referência à comunicação.

Marco Domingues

Presidente da Direção da Animar